

Obstáculos econômicos

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Os beduínos, em sua sabedoria milenar, costumam ensinar a seus filhos, que se perdidos no deserto tiverem água apenas para o camelo ou para eles, devem abdicar da água e darem-na ao camelo, que ainda poderá levá-los a um oásis. A opção contrária apenas retardará a morte, sem qualquer esperança de salvação.

A velha lição oriental parece-me, na linguagem machadiana, vestir como uma luva a mão da realidade brasileira, muito embora haja sinais de que os dirigentes da economia nacional dela ainda não se aperceberam, ou, caso contrário, não sabem como desarmar a bomba-relógio que construíram.

De primeiro de julho para cá, os preços internacionais caíram no Brasil em torno de 40%, por força da política cambial que criou uma deflação em dólar de 15% e não impediu uma inflação em real em torno de 25%.

A tal mecanismo favorecedor de empregos e desenvolvimento em outros países, acrescentou o Governo uma sensível redução das tarifas aduaneiras, que desceram de 35%, em média, para 20%.

Referida conjunção da política cambial e tarifária resultou em real incentivo fiscal de 20% — de fato 55% — para os produtos estrangeiros e em desestímulo monetário-tributário-cambial de 55% (40% + 15%) para o produto nacional.

Os resultados não se fizeram esperar e, já nos últimos dois meses, a indústria nacional perdeu mercado no exterior e encolheu sua participação no mercado interno, fato este que não se tornou tão evidente em função do inchaço do consumo provocado pela estabilização da moeda,

que gerou poupança inexistente para os cidadãos sem contas bancárias.

Se até agora foi correta a execução do Plano Real com uma inflação programada para a unificação dos indexadores no período da URV e a eliminação desta com a transformação do indexador escolhido em moeda de pagamento, o desafio, no momento, é evidente e não pode ser desconsiderado em 1995, como o foi em 1994.

*“O camelo
que
carrega o
Governo é a
empresa
nacional”*

A lição mexicana — já a Argentina de Martinez de Hoz cometera idêntico erro — e os apertos do Plano Cavallo estão a demonstrar que crescimento industrial se faz com o fortalecimento do parque empresarial nacional e não com aberturas indiscriminadas e negociadas de forma pouco inteligente. Lembre-se que a Comunidade Européia levou anos discutindo a redução tarifária sobre produtos agrícolas para não prejudicar sua produção com menos competitividade perante as grandes nações agrícolas do mundo, o que, infelizmente, não tem ocorrido com os países menos desenvolvidos.

Não há crescimento estável

sem um parque empresarial estável. E não há parque empresarial estável se este é prejudicado por competitividade solapada, na medida que os governos privilegiem os produtos estrangeiros e prejudiquem os nacionais.

É evidente que neste quadro os empresários brasileiros enfrentam drama ainda maior que é a carga tributária interna, que para as empresas nacionais é a maior do mundo, devendo concorrer com produtos “distribuídos” estrangeiros, visto que nenhum país exporta tributos.

Entendo que há ainda algum espaço para que não cometamos a loucura do México ou a insensatez argentina.

De início, as reservas são elevadas, a distensão dos primeiros meses do real criou uma certa gordura, há possibilidades de um boom econômico mundial em 1995 capaz de corrigir erros elementares e o próprio projeto do Governo de privatização, corte de despesas e controle orçamentário é correto. É bem verdade que o presente de grego representado pela MP 812 em nada contribui para reduzir as pressões sobre as empresas nacionais.

Creio que o Governo terá que, ao menos — e rapidamente — encontrar uma fórmula de igualar a competitividade das empresas nacionais, não insistindo no que tem feito, ou seja, criar um “protecionismo às avessas”. Há ainda espaço e tempo, para tanto. Mas não muito.

O camelo que carrega o Governo é a empresa nacional, gerando empregos e tranquilidade nacional. Que não beba o Governo a água do camelo para que possa a sociedade encontrar o oásis do desenvolvimento.

Ives Gandra da Silva Martins é presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio de São Paulo.

195

Atim 91